

Servidor da Receita Federal é reintegrado após anos de uma demissão injusta

O Sindsep/MA conseguiu mais uma vitória na defesa dos direitos dos trabalhadores. O servidor da Receita Federal do Brasil, José Pereira Barros, foi demitido após falsas acusações de emissão de certidões fiscais e alterações de dados referentes ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), nos sistemas do órgão, em um Processo Administrativo Disciplinar carregado de falhas e nulidades, como por exemplo, a inversão do interrogatório do servidor, o qual foi ouvido antes de ter a oportunidade de produzir provas quanto a sua inocência.

Após a demissão, o Sindsep/MA propôs ação judicial, em 2005, objetivando a anulação do ato administrativo que resultou na demissão do servidor.

Durante o processo judicial, comprovou-se que houve a utilização indevida da senha pessoal do servidor, a qual foi usada, inclusive, em estados onde o servidor nunca teve lotação, nem mesmo qualquer passagem, revelando assim a fragilidade dos sistemas de segurança da Receita Federal.

Na fase de coleta das provas, foi constatada a quantidade excessiva de contribuintes a serem atendidos, o reduzido quadro de servidores, a prática de compartilhamento de senhas e de des-

vio de função, era uma realidade que expunha os servidores do Ministério da Fazenda a uma série de situações degradantes e, que no caso, do servidor em questão contribuiu para uma demissão injusta.

Após uma longa batalha judicial, em dezembro de 2017, o servidor conquistou o direito à reintegração, através da confirmação da sentença de primeira instância, a qual reconheceu a ilegalidade da punição administrativa máxima.

Mesmo com a portaria de reintegração publicada, a União Federal retardou o cumprimento da decisão judicial, em quase nove meses, o que gerou apreensão do servidor, o qual ficou afastado, injustamente, dos quadros da administração pública federal por mais de 18 (dezoito) anos.

A justificativa apresentada era a de que o cargo ocupado por José Pereira Barros havia sido extinto, argumento não plausível, uma vez que mesmo com a extinção de cargos públicos é dever da administração pública realocar o servidor em funções compatíveis com sua formação e lotação de origem.

Por fim, no mês de agosto de 2018, o servidor veio a ser lotado, o que reforça a importância do trabalho do Sindsep/MA,

que mesmo sabendo da morosidade da justiça, continua acreditando no engajamento da Instituição na luta pela ratificação da democracia soberana e dos ideais de igualdade e liberdade.

O servidor em questão obteve ainda o reconhecimento do direito a percepção dos salários devidos, contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria, bem como das progressões funcionais devidas, as quais aguardam o trânsito em julgado da decisão.



NOTA DE FALECIMENTO

O Sindsep/MA comunica a partida prematura do companheiro **Antônio Marques de Oliveira**, servidor aposentado da Funasa. A entidade lamenta e externa os seus mais sinceros pesares aos familiares e amigos.



VEJA NO PRÓXIMO DIÁRIO SINDSEP

Reforma trabalhista dificulta acesso à justiça e ações contra bancos caem.



Incêndio no Museu Nacional, uma tragédia anunciada

Para historiadora, o golpe de 2016 acentuou o descaso com a cultura e a educação no Brasil, destruindo 200 anos de história do país. Recursos para museus cresceram 980% nos governos Lula

Escrito por: Rosely Rocha, especial para Portal CUT

O golpe de 2016, os constantes cortes nos orçamentos feitos pelo ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP) na Cultura e na Educação, assim como a PEC do Teto dos Gastos, que congelou investimentos públicos por 20 anos, são os principais responsáveis pelo incêndio que destruiu o Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro, na noite desse domingo (2), segundo especialistas.

Para a professora de história da USP, Maria Aparecida de Aquino, o golpe que retirou uma presidenta eleita democraticamente com 54 milhões de votos e colocou no poder um governo sem identificação com a Cultura e a Educação, foi um dos motivos que levou o país a presenciar esta grande tragédia.

“Somente o fato do golpista Temer querer acabar com o Ministério da Cultura, o transformando em secretaria no início da sua gestão, demonstra o que ele pensa da Educação e da Cultura. Se prega a extinção dessas duas áreas, se extingue a importância de um museu e da nossa história”, diz a professora.

Alexandre Fortes, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ) – instituição responsável pelo Museu - também culpou os golpistas pelo incêndio.

Fortes fez um desabafo nas redes sociais contra quem, segundo ele, está querendo responsabili-

zar a UFRJ pela tragédia.

No texto intitulado “Na guerra, não há tempo para chorar”, o professor ainda questiona, ‘num país que vai colocar um psicopata imbecil que ensina crianças de colo a atirar no segundo turno, vai por acaso investir em cultura e ciência?’.

E prossegue dizendo que é preciso, acima de tudo, escancarar o caráter criminoso das políticas de “austeridade” transformadas em emenda constitucional, para que nunca mais se repita a “aventura” de gastar com educação, saúde, cultura, ciência e tecnologia.

Renovação do Congresso com candidatos progressistas pode reverter situação caótica da Cultura e Educação

Para Maria Aparecida de Aquino, a PEC do Teto dos Gastos Públicos também é uma das responsáveis pela falta de recursos e tem atingido mortalmente as verbas para a educação, cultura, saúde e assistência social.

Segundo ela, somente um Congresso Nacional renovado, com candidatos mais progressistas que revertam essa PEC, poderá fazer o país se recuperar econômica e socialmente.

“Ao longo da história republicana se observa que quase não há renovação, mas vivemos hoje um período especial”.

A professora, que é uma crítica à maneira como as operações de combate à corrupção da Polícia Federal (PF) vêm sendo realizadas, diz que a Operação Lava Jato pode fazer a população ficar mais atenta na hora do voto. Ela é otimista em relação à renovação do Congresso, com can-

didatos mais progressistas.

“Acredito na renovação e que não veremos mais aquele circo de horrores que foi o processo de impeachment de Dilma, quando deputados votaram por sua retirada da presidência citando a família, o cachorro e o nome de Deus em vão. Se renovarem uma parte do Congresso, já me dá esperança de um Brasil melhor”.

Investimento em museus cresceu 980% no governo Lula,

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) divulgou em 2012, o resultado de estudo sobre os investimentos realizados no campo museal entre os anos de 2001 e 2011. O levantamento revela que, no período pesquisado, os recursos destinados anualmente ao setor passaram de R\$ 20 milhões para R\$ 216 milhões, o que representa um aumento de 980%.

Segundo o Ibram, a valorização dos museus e o crescimento dos investimentos na área tiveram, em sua trajetória, alguns fatos marcantes que delinearão a formação do campo museal brasileiro. Em maio de 2003, início do primeiro mandato do governo Lula, foi lançada a Política Nacional de Museus, documento que serviu de base para definir os rumos da preservação e do desenvolvimento do patrimônio museológico brasileiro. Já naquele ano, os investimentos subiram de R\$ 24 para R\$ 44 milhões. Porém, nos dois últimos anos, a queda nos investimentos foi de 45% do valor real do orçamento dispendioso – que não inclui despesas com pessoal e financeiro.